



**ENAN  
PUR** 2023  
Belém 22 a 26 de maio



## Cidades ex-Cêntricas

### RESUMO GERAL

Cidades ex-Cêntricas é formulação que busca respostas para o enfrentamento das adversidades e incertezas globais que atualmente desafiam a vida coletiva nas cidades e territórios. Ao reconhecer a necessidade de atualização dos modos de operação ontoepistêmica de nosso largo campo de conhecimento e de trabalho – o dos estudos urbanos e regionais, em suas vertentes reflexivas e propositivas –, trata-se de trazer a pluralidade das bordas, interfaces e zonas e redes de contato como categorias decisivas para essa construção. Ou seja, a partir da diversidade nelas existente, fortalece-se a possibilidade de questionar os sentidos de ainda serem tão hegemônicas – mesmo que críticas, grande parte das vezes – as agendas e percursos metodológicos possíveis. Isso se desdobra, em geral, numa hipercentralização de problemáticas e de seus porta-vozes, constituindo espaços de elaboração propriamente política que reduzem a realidade brasileira a alguns de seus aspectos, certamente importantes, mas largamente insuficientes e inadequados para dela dar conta.

ex-Cêntrico, portanto, é entendido como algo que se localiza fora do centro, mas dele sendo parte constituinte e ativa. Longe de reificar uma localização, o ex-Cêntrico não se configura como unívoco e nem como totalidade de designação, existindo em todas as situações, enquanto opacidades, enquanto fragilidades, enquanto potências não-hegemônicas de reproduzir a vida. Assim, esta formulação abrange desde processos espaciais e suas correlações de forças, até o estabelecimento de hierarquias e de legitimidades que moldam realidades específicas e emaranhadas. Refere-se aos territórios que são recorrentemente negligenciados nas abordagens mais canônicas da questão urbana, seja do ponto de vista teórico, metodológico ou de formulação de políticas.

Essa constatação da insuficiência teórico-metodológica está presente de forma alargada no campo das ciências sociais, sociais aplicadas e humanas ao menos desde os anos de 1980. As chamadas teorias do Sul, descoloniais, feministas, negras e indígenas, com suas derivações, confluências e atritos vêm construindo e entrecruzando teorias críticas à incapacidade ou limitação dessas abordagens usuais em dar conta dos processos complexos e diversos que estruturam nossos territórios. Assim, urgências onto-epistemológicas interpelam tanto a construção científica, no campo dos estudos urbanos, socioambientais e

territoriais, quanto a da política pública, reciprocamente implicadas e confluentes com os modos de saber, exercício de poder e sua derivação em ação social hierarquizada.

A ideia de Cidades ex-Cêntricas, portanto, parte do reconhecimento pluriversal de muitas cidades na cidade e de instâncias ontológicas sócio-territoriais que constituem possibilidades de renovação científica e política dos modos de compreensão dessas realidades e de ação sobre elas. Trata-se, pois, de trabalhar simultaneamente com duas ordens de questões: as atinentes ao processo de produção de conhecimento, e suas onto-epistemologias, na abordagem das realidades urbanas; e as que interrogam recortes específicos de suas problemáticas, elaborações e atualizações e seus correspondentes arsenais teóricos, metodológicos e propositivos.

Cidades ex-Cêntricas se define então como locus da experimentação metodológica multi-inter-trans-disciplinar e inter-regional voltado tanto para a identificação e enfrentamento das injustiças socio-territoriais-ambientais em suas múltiplas evidências e empirias, quanto para revelar e demarcar repertórios inventivos de recusa, criação e refazimentos de instâncias e modos de existências nas cidades e territórios. De onde derivam tanto construções teóricas quanto possibilidades de problematização de políticas de ação, atuando nos campos da autonomia, da institucionalidade ou de suas interfaces. Trata-se, portanto, de um deslocamento em relação às centralidades dominantes, buscando reposicionar diálogos e trocas, reconstruindo legitimidades e amplificando e redistribuindo questões e práticas investigativas e colaborativas tanto geográfica quanto ontoepistemologicamente.

Esse locus de experimentação está pensado através de uma ampla rede de pesquisadores<sup>1</sup> e organiza três tensionamentos principais, que transversalizam e articulam o conjunto de ações do projeto: a sistematização do pensamento crítico dissidente acerca da questão urbana, explicitando os campos de interdição colocados pelas abordagens convencionais; a exploração do instituinte, seus repertórios, valores, modos de operar e horizontes de expectativas; e as ações derivativas de formação e incidência nos processos sócio-espaciais. Cinco linhas iniciais de pesquisa definem essa agenda - cidades afro-diaspóricas; cidades e políticas das naturezas; cidades e fabricação do comum; cidades, memórias e culturas; e cidades, territórios e políticas urbanas.

Desse caminho espera-se uma aproximação consistente e coletiva do conceito de Cidades ex- Cêntricas em suas dimensões problematizadoras e em

---

<sup>1</sup> Cidades ex-Cêntricas, enquanto projeto de trabalho de longo curso, do qual deriva a proposição da presente sessão, ativa uma rede de redes de formação e pesquisa, nacional e internacionalmente situadas, buscando ampliar a presença e o protagonismo do Norte-Nordeste e do Sul global – entendido enquanto problemática e não apenas geograficamente – nos estudos urbanos. Parte de uma iniciativa de 17 grupos de pesquisa e estudos sediados em 7 universidades dos Estados da Bahia, Pará, Minas Gerais e Espírito Santo: UFBA, UEFS, UFRB, UCSAL, UFPA, UFMG e UFES, a partir das quais outros 07 grupos de pesquisa de diferentes universidades e outras entidades se agregam. Chega-se então a 77 pesquisadores nacionais mobilizados, já incorporando outras universidades, como UNIVASF, UFAL, UFRN, UFPE, UFMT, UFRPR, UNILA, UFF, entre outras. Congrega ainda pesquisadores independentes do Acervo da Laje, Ministério Público (BA), INPE e IPEA. Internacionalmente, compõem o corpo do projeto 21 pesquisadores de 21 importantes centros de pesquisa de países dos continentes africano (Angola e Nigéria), latino-americano (Colômbia e Uruguai), norte-americano (Canadá e Estados Unidos) e europeu (França e Reino Unido).

seu alcance explicativo. Ao delinear domínios temáticos comuns, elas também permitem recortes e problematizações diversas e confluentes, assim como uma experimentação investigativa e metodológica atravessando a elaboração da ideia de Cidades ex-Cêntricas que mobiliza essa rede.

Na sessão aqui proposta serão problematizadas as seguintes questões e recortes, dentre outros possíveis: questões teóricas e metodológicas que ativam a ideia de Cidades ex-Cêntricas, problematizadas a partir do recorte das categorias de centro e de descentramento; as articulações urbano-rurais contemporâneas, o cultivo de alimentos, a função social da terra e a construção de autonomias sócio-políticas em territórios; as juridicidades ex-cêntricas, a função social da posse e as condições para reprodução da vida; as relações amazônicas e conflituosas entre periferias, extração de valor e territórios de vida, que imbricam floresta, rios, modos de saber e de existir; por fim, a crítica do mainstream analítico sobre nossas cidades, que se ancora na díade economia urbana e matriz marxista, que ofusca a pluralidade teórico-metodológica das dimensões urbanas e suas empirias no país.

## **PALESTRA 1- CIDADES EX-CÊNTRICAS: UMA IDEIA EM CONSTRUÇÃO**

A ideia de Cidades ex-Cêntricas se inspira naquela de ex-centricidade, evocada pela socióloga baiana Maria Brandão, ainda no final dos anos de 1980, quando explorava, junto com Milton Santos, Fernando Pedrão, Anete Ivo, Milton Santos Filho e Elza Kraychete a possibilidade de organizar uma revista que pudesse trazer à tona aquilo que está fora do centro. Partindo do tributo a essa ideia, trata-se de explorar a construção conceitual e coletiva das Cidades ex-Cêntricas, em diversos movimentos, que expressam a proximidade intrínseca entre falências e potencialidades.

A aproximação a uma produção recente, intensa e múltipla mostra que ela, descontente com a rigidez e a incapacidade explicativa de teorias e métodos canônicos em dar conta das realidades citadinas, urbanas, rurais, ambientais, territoriais, explora possibilidades de outros sistemas de significação e de compreensão, alargando sujeitos sociais e legitimidades de produção de saber e de conhecimento. Coloca-se então em questão a hierarquia entre luminoso-guia – pensamento autocentrado, verticalidade institucional, concentração de poder científico – e o opaco cadente, aquele que deveria ser normatizado, pois sem sentido nas regras que decorrem dessas hegemonias. Também as espacialidades dessas realidades e suas interrelações indagam de modo contundente categorias estabilizadas para sua descrição/compreensão, como, entre outras, as de centro e periferia, de cidade e de urbano, mesmo que sobre elas persistam ainda muitas imprecisões e artifícios.

É sobre essa última dimensão que se debruça a presente reflexão, mais particularmente sobre a categoria centro, que, sem dúvida, por analogia e por contraposição, dá lugar à questão da ex-centricidade. Como premissas da modernidade, centro, centralidade e centralização supõem processo de concentração crescente e infundável, num movimento que deve subjugar – por extensão, fragmentação ou sobreposição – as outras espacialidades aos processos e regras que as constituem, numa recomposição permanente de hierarquias verticalizadas. A questão a ser então explorada pode ser colocada da seguinte forma: em que medida uma organização espacial ex-cêntrica, de

fraca ontologia, pode ser entendida como uma forma, como um estado instável e como um processo de disputa que desnaturalize a noção de centro e, ao mesmo tempo, possa significar um modo de produção de conhecimento para nossa área? Darão base para esta reflexão a análise de obras referenciais sobre essas questões, mais particularmente o pensamento sobre centralidade e sobre território e sobre os processos de descentramento e de fraca ontologia espacial.

## **PALESTRA 2- VISIBILIZANDO EXPERIÊNCIAS E PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO: CULTIVANDO ALIMENTOS E AUTONOMIA NAS METRÓPOLES E SEUS ENTORNOS**

Esta contribuição explora possibilidades de compreensão das metrópoles em suas articulações urbano-rurais contemporâneas, em que artefato/cultura e natureza possam se sobressair como uma outra ontologia de abordagem das questões urbanas/metropolitanas percebidas a partir da urbanização do sul. Nesta utopia, os espaços de natureza cumprem a noção de função social da terra e incorporam uma dimensão alargada do direito à cidade, no qual se incluem o direito à natureza e à alimentação adequada. O debate em torno da produção de alimentos nas cidades e seus entornos, por meio de processos ligados à agroecologia, por um lado constituem experiências com variados graus de autonomia, em que conhecimentos e práticas populares/tradicionais se misturam a saberes adquiridos na convivência com a vida urbana, transformando-se mutuamente e ao território em que se reconhecem. Articulam também dimensões múltiplas de reprodução dos espaços de vida, de saúde e nutrição, de visibilização da participação das mulheres, de resistência a outras formas de ocupação e uso da terra (e das águas). As práticas, quando coletivas ou socializadas, estimulam a formação de novos movimentos sociais em redes de conhecimento e trocas. Por outro lado, produzem a partir da vivência e da empiria, outras percepções do espaço socialmente produzido e trazem novas demandas para a ação sobre o território por meio de políticas públicas e comunitárias, do planejamento e para os estudos urbanos de forma mais ampla, agora necessariamente amalgamados aos estudos rurais e ambientais.

A inspiração empírica vem de experiências de atividades de extensão com (e junto a) grupos de agricultora/es ativos na região Metropolitana de Belo Horizonte, que vêm buscando formas mais autônomas de construção social de mercados, ao mesmo tempo em que vão compartilhando práticas produtivas e de comercialização. Muitas destas experiências são apoiadas pela universidade, por organizações sociais e também por políticas públicas ativistas que apostam em formas menos heterônomas de atuação. Tal postura encontra respaldo em uma já longa trajetória de ações inclusivas (urbanização de assentamentos informais, autogestão habitacional, orçamentos participativos, renaturalização de cursos d'água, ações afirmativas diversas, etc.), ensaiadas nas três últimas décadas, que disputam espaço de poder, nem sempre de forma bem-sucedida, com ações que de forma naturalizada privilegiam as forças hegemônicas da cidade. Dar visibilidade às práticas e ações alternativas constitui uma estratégia fundamental para sua disseminação e incorporação como um projeto possível de futuro.

### **PALESTRA 3- FORMAS PLURAIS DE JURIDICIDADES EM CIDADES E TERRITÓRIOS EX-CÊNTRICOS**

A partir do conceito de pluralismo jurídico, corrente da teoria crítica do direito que compreende a possibilidade de coexistência de múltiplas expressões de juridicidade no mesmo espaço geográfico, busca-se verter o olhar para os territórios de reprodução cultural e social de vida coletiva no campo e na cidade e para os processos que se encontram em marcha em direção a sua desconstituição.

Essa reflexão visa a construção de repertórios discursivos que possam contribuir para legitimação de formas jurídicas Ex-cêntricas baseadas na função social da posse, uso do bem comum e utilização dos territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral, colocando em xeque as lógicas tradicionais de progresso e modernização.

Essas formas jurídicas dissidentes protagonizadas pelos sujeitos descentralizados (comunidades de fundo de pasto, pesqueiras, ribeirinhas, quilombolas, terreiros de candomblé, moradores de ocupações coletivas, dentre outros) são alvos de operações jurídicas hierarquizadoras que longe de promover o seu reconhecimento operam classificações que abrem caminhos para processos de despossessões deflagrados pela expansão urbana sobre o rural, apropriação do bens de uso comum e desconstrução de sociabilidades urbanas.

De forma contraditória e complementar, os sujeitos dissidentes são capazes de promover fissuras e criar dentro da escala de produção jurídica estatal formas jurídicas que escapam da forma jurídica dominante, a exemplo da titulação coletiva de fundo e fechos de Pastos os termos de autorização de uso sustentável (TAUS), o direito de laje, as Zonas Especiais de Interesse (ZEIS), o direito de laje, termo territorial coletivo, dentre outras.

Essa abordagem, negligenciada no campo jurídico dominante que se molda a partir da forma jurídica propriedade e institutos dela decorrentes, busca contribuir com a ampliação de espaços de interlocução dissidentes que auxiliem no enfrentamento das violações às formas de vida coletiva nas cidades e territórios.

MARES, Carlos Frederico. A função social da terra. Porto Alegre: Fabris, 2003.

### **PALESTRA 4- EX-CENTRICIDADES HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS DE CIDADES AMAZÔNICAS: DO RIO À PERIFERIA**

Desde o centro do sistema mundo a Amazônia foi historicamente posicionada como periferia destinada à exploração dos recursos naturais demandados pelos metabolismos metropolitanos de sociedades capitalistas. Na região, a ação de colonizadores é entrelaçada com diversas formas de degradação, e onde o avanço da conversão de usos da terra homogeneiza paisagens, silenciando e invisibilizando suas populações. Desde a perspectiva da Amazônia, ela é uma região onde a natureza oferece muitas dádivas. A rede de rios e afluentes constitui-se em logística natural e multiescalar, capaz de mediar transições de paisagens e dar suporte a uma convivência não hierárquica entre humanos, vegetais, animais e minerais. As águas também emitem os pulsos dos ciclos de vida e condicionam formas de viver e produzir, sejam

aquelas que resultam dos processos de evapotranspiração das árvores, capazes de gerar rios voadores, ou águas das chuvas ou rios.

Tudo isso modulou localizações de assentamentos humanos, associado à abundância de alimentos e possibilidades de manejo de solos criando arranjos espaciais, que se organizam como fractais desde a escala macrorregional até a local, e que são a última instância de resistência ao empreendimento colonizador. Há uma disputa de narrativas assimétrica, amparada por violências, que incluem as técnicas a pacotes tecnológicos ligados ao saber hegemônico, criados nas sociedades centrais para perpetuar vantagens, agora por meio da colonialidade. Tais pacotes tecnológicos pressupõem homogeneização da paisagem, com negação do rio e da floresta, e deslegitimação de saberes de pessoas racializadas que dependem da natureza viva, de suas identidades e cosmovisões.

Neste ponto, compreende-se as cidades amazônicas como ex-cêntricas: desde antes, em áreas preservadas onde suas hinterlândias são preservadas, e onde lideram microredes de vilas e outros assentamentos que se misturam à floresta, ou no presente, onde receberam migrantes da região ou de fora dela, em suas periferias improvisadas, após a transformação da floresta em território rural. Em ambos os casos, etnia, raça, gênero, saberes e culturas indicam os limites de leituras a baseadas somente na divisão de classes. Interações com comunidades ribeirinhas, quilombolas e camponesas e com indígenas urbanos, mostram que nas bordas das cidades amazônicas salvaguardam saberes que poderão ser de grande importância para a regeneração de ecossistemas, e que nesta perspectiva há uma função social do espaço não construído. Entretanto, as pressões de agentes externos, como o tráfico de drogas, o agronegócio, a especulação imobiliária, e políticas públicas engendradas por suas representações, levam à desistência do território, e a recomposição desses grupos como periféricos nas cidades, aproximando as pautas urbana, rural e ambiental, e desafiando as formulações de periferia urbana oriundas de contextos metropolitano-industriais.

## **PALESTRA 5- EX/DES/CENTRANDO OS ESTUDOS URBANOS**

Cidades ex-Cêntricas acentua a heterogeneidade e a amplitude urbana e territorial face a um momento no qual as muitas crises - indexadas nas últimas décadas pelos colapsos globais financeiro, pandêmico, ecológico/climático - expõe, dentre as suas muitas criticidades, um esgotamento paradigmático dos estudos urbanos, ensejando alternativas a normalização da subjetivação capitalista urbana industrial.

Incontornável um movimento de tensionamentos, alargamentos e atualizações teóricas, epistêmicas, metodológicas e práticas, suscitado por redes como a dos estudos urbanos do Sul. Nessas abordagens renovadas um 'ethos de investigação' onde o 'lugar importa' abre espaço para conhecimentos dissidentes, surgidos em geografias relacionais com trajetórias distintas de modernização - não apenas referindo um conjunto de países aprioristicamente subdesenvolvidos ou fixados nas fronteiras do mundo 'pós-colonial'.

A incipiente presença dessas abordagens nos espaços formativos/de pesquisa contrasta com cerca de quarenta anos de corpos de estudos que vêm desafiando tradições intelectuais e a colonialidade. O Grupo Modernidade/Colonialidade, a virada decolonial pela radicalização do argumento pós-colonial, o

reconhecimento da contribuição precursora da tríade francófona, a recusa da dialética pela tradição negra radical, o transfeminismo negro, a recuperação das ontologias afro-indígenas quilombolas são alguns dos inúmeros marcos dessas trajetórias heterodoxas, crítico-criativas, dissidentes, multirreferenciadas e multi-situadas.

A reiteração de abordagens cidadinas canônicas "elaboradas principalmente a partir da cidade de São Paulo (mas também do Rio de Janeiro), propagaram-se como formulações acerca da 'cidade brasileira' (...)", ofuscando a pluralidade de cidades no país. Sua persistência reveza "um mainstream influenciado pelos preceitos da economia urbana e o campo crítico de matriz marxista, que fez das dimensões de trabalho, classe e valor vetores quase unívocos de interpretação dos estudos urbanos no país". Ambas as perspectivas corroboram por "invisibilizar ou subsumir dimensões e questões atravessadas por racialidade, generidade e outras normatividades, homogeneizando e centralizando as possibilidades interpretativas acerca das cidades no país". O urbano e a cidade, subjetivados pela ordem industrial metropolitana, são tomados como universais, frequentemente abstraindo referencialidades de regionalizações e urbanidades não exclusivamente metropolitanas, dentre a miríade de ontologias sócio-territoriais ex-centricamente e largamente constitutivas do Brasil.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

FREDIANI, Alexandre Apsan, COCIÑAM, Camila. **'Participation as planning': strategies from the South to challenge the limits of planning**. London, 2019.

HARAWAY, Donna. **Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes**. ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte | Ano 3 - N. 5 / Abril de 2016 / ISSN 2359- 4705.

HARNEY, Stefano; MOTEN, Fred. **The undercommons: fugitive planning & Black studies**. Nova Iorque: Minor Compositions, 2013.

UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS (ed.). **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias de destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

ROSA, Thais, FIGUEIREDO, Glória Cecília, SILVA, Atailon da Silva Matos Silva. **O Subúrbio Ferroviário de Salvador: entre despossessões e atravessabilidades: (des)encontros entre mundos de vida e produção de infraestruturas**. Revista de Ciências Sociais, no 56, Janeiro/Junho de 2022, p. 62-85.

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imagem Política, Living Commons, 2019.